

**Reunião com os sindicatos representativos dos trabalhadores da
Administração Pública sobre Programa Plurianual para a Administração
Pública e aumentos salariais**

Realizou-se hoje a reunião entre o Governo, representado pelo Secretário de Estado da Administração Pública, e as estruturas sindicais que representam os trabalhadores da Administração Pública, para acordar o calendário em que será negociado o programa plurianual para a Administração Pública de 2020 a 2023 e a atualização salarial em 2020.

O XXII Governo Constitucional inscreveu no seu programa o desígnio de dotar a Administração Pública de um quadro de gestão e responsabilização de nova geração.

Nesse sentido, a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2020 prevê a apresentação de um programa plurianual, alinhado com os objetivos de valorização e rejuvenescimento dos trabalhadores da Administração Pública e das carreiras, simplificação de procedimentos, desenvolvimento de instrumentos de gestão e capacitação das organizações e indivíduos, num quadro de eficiência, racionalidade e sustentabilidade a longo prazo

Tendo a proposta merecido aprovação pela Assembleia da República, e no pressuposto de que a mesma venha a constar da Lei do Orçamento do Estado para 2020, importa acordar com as associações representativas dos trabalhadores a calendarização da negociação coletiva associada a este programa plurianual.

A Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP) assinou já este acordo. O Governo espera que na próxima reunião seja possível que as restantes estruturas sindicais o façam também, estando o Governo naturalmente disponível para acolher na medida do possível as sugestões que sejam apresentadas.

Quanto aos aumentos salariais, o Governo sublinhou que 2020 é o ano de retoma do normal desenvolvimento das carreiras, valorizando os trabalhadores e apostando no rejuvenescimento do efetivo global da Administração Pública. Em dezembro de 2019, cerca de 500 mil trabalhadores em funções públicas beneficiaram de um impulso salarial decorrente da última fase do processo de descongelamento. Tal significa que em 2020, pela vez primeira na última década, todos os direitos de progressão acumulados ao longo dos últimos 10 anos (2011-2020) passaram a ser pagos integralmente, o que implica um acréscimo de despesa de 527 M€ face a 2019.

Em 2020, a conclusão do processo de descongelamento das progressões, a revisão de algumas carreiras e o previsto em acordos nas empresas públicas conduzem a um aumento do salário médio de 2,9%.

O reforço dos serviços públicos com a contratação de novos trabalhadores, nomeadamente na saúde, forças de segurança e de técnicos superiores para várias áreas fará subir a despesa com pessoal para 3,3%. Em linha com esta previsão, em janeiro de 2020, as despesas com pessoal no subsetor Estado já cresceram 3,4%, apesar de ainda não terem o efeito das atualizações salariais hoje propostas às estruturas sindicais.

Cumprindo o seu compromisso de combater a política de baixos salários e de repor a atualização anual dos salários na Administração Pública, o Governo optou por valorizar mais os salários mais baixos.

Neste sentido, o Governo propôs atualizar a base remuneratória da Administração Pública, bem como todos os valores existentes até ao Nível 5 da Tabela Remuneratória Única (TRU), inclusive, em 7 euros (o que resulta num crescimento superior a 1%), abrangendo os 150 mil trabalhadores que estão nestes níveis remuneratórios. Os restantes níveis remuneratórios terão uma atualização de 0,3% este ano. Todos os aumentos são retroativos a 1 de janeiro de 2020, esperando-se que os trabalhadores recebam o acerto com o vencimento de março.

Na prática, a atualização proposta traduz-se num aumento de 7 euros para os trabalhadores que se encontrem posicionados entre o Nível 4 da TRU (cujos salários sobem para 642,07 euros) e o Nível 5 (cujos salários sobem para 690,13 euros).

No caso dos trabalhadores que venham a ficar abrangidos pela nova base remuneratória da Administração Pública, o aumento salarial não implica uma subida de escalão de IRS, continuando por isso isentos do pagamento deste imposto.

Os trabalhadores do Nível 5 da TRU, que em 2019 estavam no terceiro escalão do IRS e descontavam 4,4%, manter-se-ão em 2020 no terceiro escalão de IRS, com uma redução da taxa de retenção na fonte para 4,2%.

Com esta atualização, garante-se um aumento do salário médio da administração pública de 3,3% face a 2019, decorrente da conclusão do processo de descongelamento, atualizações salariais e de revisões de carreira e acordos coletivos de trabalho.

Em 2020, as despesas com pessoal são reforçadas em 846 M€, o que representa um aumento de 3,6%. Deste acréscimo, 527 M€ são relativos a progressões e promoções, 120 M€ referem-se à revisão de carreiras e outros direitos, 112 M€ à contratação de novos trabalhadores e cerca de 87 M€ às atualizações salariais (dos quais 18 M€ se referem à atualização de 7 euros nos níveis 4 e 5 da TRU hoje propostos).

O Governo reiterou também o compromisso já assumido para 2021 de proceder a uma atualização salarial igual à taxa de inflação de 2020 inscrita no OE2020, garantindo que, se a taxa de inflação deste ano se situar acima da previsão, o aumento corresponderá à taxa efetivamente observada, protegendo-se assim o poder de compra dos trabalhadores. No caso de a inflação verificada este ano ser inferior à estimada, o Governo compromete-se a manter o referencial mais elevado utilizado como estimativa no OE2020.

Valorizando o papel dos sindicatos nas negociações, o Governo manifestou disponibilidade para continuar e aprofundar o diálogo com os sindicatos numa segunda ronda negocial, propondo que esta se realizasse na segunda-feira, dia 17.